

## PRÁTICAS INCLUSIVAS DE EDUCAÇÃO MUSICAL VIVENCIADAS NO CENTRO PEDAGÓGICO DA UFMG

### INCLUSIVE MUSICAL EDUCATION PRACTICES EXPERIENCED AT THE UFMG PEDAGOGICAL CENTER

Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues Alves<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto versa sobre o trabalho de Educação Musical desenvolvido com crianças e adolescentes, dos três ciclos de formação humana, do Centro Pedagógico da UFMG. Busca explorar, principalmente, o processo de construção de uma Educação Musical Inclusiva, realizado pelos docentes da disciplina Arte/Música, a partir da progressiva chegada de estudantes público-alvo da Educação Especial iniciada no ano de 2016. Essa construção, vem sendo pautada pela perspectiva de que ninguém pode ser deixado de fora no processo educativo; de que, de distintas maneiras, todos os estudantes precisam ser contemplados, considerando, principalmente, o público-alvo da educação especial.

**Palavras-chave:** Educação Musical; Inclusão; Educação Especial; Música; Centro Pedagógico.

**ABSTRACT:** Abstracts are parts that make up articles and experience reports. They must present, in a synthetic way, a presentation of the theme of the work, the objectives, methodology, theoretical framework, results and conclusions obtained. Articles and experience reports must present an abstract (between 100 and 200 words) and keywords (maximum five) in Portuguese and English. The word "ABSTRACT:" must be formatted in Times New Roman 14, capital letters and bold. The body of the text of the abstract must be in Times New Roman 11. All this part must be single-spaced. The title of the work must be formatted in Times New Roman 14 font, capital letters, bold and centered, followed by the title in English, which must be in Times 12, capital letters, centered, both with single spacing.

**Keywords:** First term; Second term; Third term; Fourth term; Fifth term.

#### INTRODUÇÃO

O Centro Pedagógico da UFMG investe na formação a partir de uma reflexão sistemática e orientada pela prática cotidiana da sala de aula e pelas pesquisas de seus docentes e técnicos, buscando e consolidando parcerias e projetos direcionados tanto aos estudantes do Ensino Fundamental, como também à formação qualificada de professores/educadores nos mais diferentes campos de conhecimento.

Os processos concretos de investigação e ação pedagógica se fazem por meio do estímulo ao trabalho cooperativo e colaborativo entre os diferentes sujeitos em formação, a partir de situações reais enfrentadas no cotidiano escolar. Nesses processos, em consonância com o projeto político-pedagógico da escola, o trabalho de formação se baseia em relações dialógicas e democráticas entre todos os sujeitos, respeitando a diversidade e as diferenças. Além disso, procura-se incentivar e valorizar o trabalho compartilhado, colocando em evidência

---

<sup>1</sup> Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues Alves, doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, [phpity84@yahoo.com.br](mailto:phpity84@yahoo.com.br).

as experiências, memórias, produções e saberes de todos os envolvidos.

Trata-se de uma formação baseada na construção do saber e do fazer em uma dinâmica coletiva e colaborativa, que surge a partir das situações educacionais que emergem do cotidiano escolar. Essas situações, com toda a sua complexidade, oferecem bases empíricas e vivenciais que dão sustentação e relevância às reflexões pertinentes ao processo de formação profissional dos docentes envolvidos. Uma vez identificadas, elas são discutidas entre os pares e os grupos de professores em formação nas salas de aulas, ciclos, núcleos e demais instâncias pedagógicas, gerando reflexão na e sobre a prática pedagógica.

### O CENTRO PEDAGÓGICO DA UFMG – CP/UFMG

O Centro Pedagógico é um Colégio de Aplicação<sup>2</sup>, vinculado à Escola de Educação Básica e Profissional da Universidade Federal de Minas Gerais (EBAP/UFMG). É responsável pela oferta do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), em tempo integral, para 450 estudantes, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA)<sup>3</sup> para outros 150 alunos no período noturno. Oferta, ainda, cursos de especialização, em parcerias estabelecidas com o poder público municipal e estadual de Minas Gerais, bem como a outros interessados da comunidade externa, cumprindo seu papel de colaborar com a formação docente também no campo da pós-graduação *lato-sensu*.

Seu corpo docente é composto por 55 professores efetivos, que estão alocados em oito núcleos de ensino: Arte, Educação Física, Geografia, História, Letras, Língua Estrangeira, Matemática e o Núcleo Básico (composto por professores Pedagogos que atuam na alfabetização e letramento das crianças nas séries iniciais do ensino fundamental). Outras três docentes, responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), estão vinculadas ao LACPPI-UFMG (Laboratório de Análise Crítica da Prática Pedagógica Inclusiva da Universidade Federal de Minas Gerais).

Todos os docentes, sem exceção, são graduados na área em que atuam e, em sua grande maioria, possuem pós-graduação nos níveis de pós-doutorado, doutorado ou mestrado. Além disso, o fato de serem todos os docentes concursados da Universidade, com dedicação exclusiva, viabiliza o desenvolvimento de diversos projetos e possibilita a divisão da carga-horária entre aulas ministradas, pesquisas, trabalho com a extensão junto à comunidade e, ainda, no trabalho de formação de professores, seja orientando licenciandos bolsistas ou estagiários, ou seja, em cursos de formação continuada para profissionais que já estão atuando em sala de aula.

A cada ano, o CP/UFMG recebe 50 novos alunos que ingressam no primeiro ano do ensino fundamental. A forma de acesso desses estudantes se dá por meio de um sorteio que ocorre conforme as normas do edital em vigor, que é expedido anualmente pela secretaria do colégio; os editais são publicados com bastante antecedência e são amplamente divulgados junto à comunidade externa. Desde o ano de 2016, decidiu-se por

---

<sup>2</sup> Consideram-se Colégios de Aplicação, as unidades de educação infantil, ensino fundamental e/ou ensino médio vinculadas a faculdades ou universidades. No Brasil existem, atualmente, 24 colégios deste modelo vinculados à instituições federais. “Todos têm como finalidade desenvolver, de forma indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco nas inovações pedagógicas e na formação docente” (BRASIL, 2013).

<sup>3</sup> Segundo segmento do Ensino Fundamental (PROEF-2) e Ensino Médio (PROEMJA).

disponibilizar 5% do total de vagas<sup>4</sup> aos portadores de deficiências ou com alguma necessidade especial<sup>5</sup>. Disponibilizam-se, ainda, eventualmente, editais para vagas remanescentes destinadas a candidatos dos 4º e 7º anos; tais vagas são disponibilizadas quando da evasão ou transferência de alunos e só podem ser preenchidas nos primeiros anos de cada ciclo.

Os nove anos do ensino fundamental são divididos em três ciclos de formação humana<sup>6</sup>, com três anos letivos cada, a saber: primeiro ciclo (1º, 2º e 3º anos); segundo ciclo (4º, 5º e 6º anos); terceiro ciclo (7º, 8º e 9º anos). No que tange ao currículo, o CP cumpre a responsabilidade de possibilitar aos estudantes o acesso crítico aos conhecimentos tanto da parte comum, composta pelas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Geografia, Ciências da Natureza, História, Educação Física e Arte, como também da parte diversificada, composta pelas Atividades de Vida Diária (AVDs)<sup>7</sup>, pelos Grupos de Trabalho Diferenciados (GTDs)<sup>8</sup>, além dos diversos projetos de ensino e extensão<sup>9</sup> desenvolvidos com os/as educandos/as.

No CP/UFMG são desenvolvidos, também, inúmeros projetos de formação inicial e continuada para professores. No que diz respeito à formação inicial, a escola acolhe, todos os semestres, estudantes de graduação dos mais diversos cursos de licenciaturas da UFMG, como também de outras universidades da cidade de Belo Horizonte. Os licenciandos atuam como bolsistas de pesquisa e extensão, monitores em formação inicial e continuada dos programas Imersão Docente (PID), Programa de Apoio a Inclusão e Promoção à Acessibilidade (PIPA), Programa de extensão Museu Ponto ou, ainda, como

---

<sup>4</sup> A partir de uma decisão judicial em 2016, decidiu-se que em todos os editais para o recrutamento de novos estudantes, 5% das vagas deveriam ser, obrigatoriamente, destinadas ao público-alvo da educação especial. Perspectiva(s) da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) estabelecem quem é o público-alvo dessa modalidade de ensino: “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, art. 58).

<sup>5</sup> “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 10).

<sup>6</sup> O conceito de formação humana é aqui utilizado na perspectiva de que a contribuição da escola na formação do estudante não se esgota nos saberes disciplinares. O Centro Pedagógico aposta na contribuição de uma experiência escolar que prima pela aprendizagem dos conteúdos disciplinares e pelas diferentes habilidades intelectivas inerentes a cada um deles; pelo desenvolvimento de habilidades sociointeracionais e afetivas (o diálogo, por exemplo) importantes para a aprendizagem da convivência, da empatia e da sensibilidade. Dessa forma, a concepção de educação adotada pelo CP preconiza a construção coletiva, a vivência e ampliação das experiências sociais, históricas e culturais para todos os membros de sua comunidade.

<sup>7</sup> Considera-se Atividade de Vida Diária (AVD) todos os tempos em que os docentes trabalham com as crianças e adolescentes fora de sala de aula, e que também fazem parte da rotina escolar. Por se tratar de uma escola de tempo integral, todos esses tempos são considerados pedagógicos, ou seja, fazem parte da formação integral do estudante. São eles: lanche, almoço, higienização, recreio, descanso, brincadeiras, dentre outros.

<sup>8</sup> Os GTDs são aulas com temáticas diversas, ofertadas para grupos menores de estudantes, e que podem ser ministradas tanto por estudantes da graduação, orientados por um professor do CP, ou pelo próprio docente da escola. A distribuição dos alunos pelos inúmeros GTDs ofertados se dá, tanto pelo interesse apresentado pela criança ou adolescente, como também pela necessidade pedagógica de cada indivíduo

<sup>9</sup> Ao longo do ano são realizados diversos projetos de ensino e extensão com os estudantes do Centro Pedagógico. Alguns deles envolvem todo o coletivo da escola como, por exemplo, o “Encontros com Arte”, o “Palco Aberto”, a “Festa Junina”, a “Festa da Consciência Negra”, o “Vivências Culturais”, o “Dia da Família na Escola”, entre outros.

monitores/professores do Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (PROEF) e do Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PROEMJA). Outra importante frente de formação inicial dos graduandos das licenciaturas se dá por meio dos estágios supervisionados; momento fundamental na constituição do sujeito como professor, no qual as teorias aprendidas pelos acadêmicos em seus respectivos cursos se aliam às práticas, ou seja, o instante em que o futuro profissional pode experimentar e vivenciar efetivamente o seu campo de atuação.

Em relação aos projetos de formação continuada, dois se destacam: o “Curso de Especialização em Educação Física Escolar<sup>10</sup>” e o “Curso de Especialização em Tecnologias Digitais e Educação 3.0<sup>11</sup>”, ambos cursos de pós-graduação *latu sensu*.

Há, ainda, outras várias ações de formação continuada que são ofertadas, no formato de seminários, colóquios ou minicursos, ao longo de todo o ano, pelos núcleos de ensino ou por grupos de professores da escola. Como exemplos, podemos citar o “Colóquio do Mala de Leitura”, da área de Literatura Infantil, e que é promovido pelos professores do projeto de ensino, pesquisa e extensão de mesmo nome; também, o “Colóquio Confluir” do Programa Encontros com Arte, do núcleo de Arte do CP/UFGM; além de cursos de Formação nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e em escolas públicas municipais e estaduais.

Toda esta estrutura, que envolve inúmeros profissionais e estudantes no processo educativo, do/no “chão da fábrica”, é sem dúvida, um profícuo campo de pesquisa. Assim, todos os anos são realizados no CP inúmeros estudos e trabalhos sobre a formação docente, orientados e produzidos pelos professores da Instituição, bem como por diversos pesquisadores externos, que utilizam as práticas pedagógicas adotadas e aplicadas no colégio como fonte e/ou objeto de suas investigações.

O Centro Pedagógico da UFGM, assim como todos os demais Colégios de Aplicação do país, foi gestado para se tornar um campo de reflexão e investigação sobre as práticas educativas, bem como para se constituir em um espaço de novas experimentações pedagógicas que possam subsidiar os avanços das práticas educativas. Seu maior objetivo é ofertar um ensino básico público, gratuito e de qualidade, tendo-o como base investigativa para a produção de conhecimento, de ensino e de pesquisa, além de fomentar a formação docente.

## O ENSINO DE ARTE NO CENTRO PEDAGÓGICO DA UFGM

A Arte, no meio educacional brasileiro, tem enfrentado desafios para sua consolidação como campo de conhecimento e, apesar de alguns avanços já alcançados, há ainda um caminho a ser construído nesse sentido. Ações advindas de políticas públicas, ainda que esparsas, bem como o gradativo surgimento das licenciaturas nas diferentes áreas artísticas, são resultantes de esforços das classes artística e docente e têm contribuído para o crescimento desse campo do saber no âmbito da Educação Básica (ALVARENGA e SILVA, 2018).

O ensino da Arte tem se desenvolvido ao longo da história da educação brasileira por

<sup>10</sup> Curso gratuito que tem como público-alvo profissionais com título de graduação em Educação Física e Pedagogia, e que atuam no contexto da educação básica.

<sup>11</sup> O público-alvo do curso são os Professores da Educação Básica, Técnicos Superiores de Educação (Supervisores Pedagógicos, Orientadores Educacionais e Pedagogos), Analistas de Políticas Públicas e Assistentes Administrativos Educacionais.

diferentes concepções, abordagens e determinações legais. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) consta estabelecido que “o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1996. LDB. Lei nº 9.394/96). Na BNCC, cada linguagem artística do componente curricular Arte - Artes visuais, Dança, Música e Teatro - constitui-se como uma “unidade temática” que engloba habilidades e conhecimentos articulados a seis dimensões do conhecimento: criação, crítica, estesia, expressão, fruição, reflexão. Para tanto, estabelece que “a aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores”, destacando que “é no percurso do fazer artístico que os alunos criam, experimentam, desenvolvem e percebem uma poética pessoal” (BNCC, 2018).

Compreendendo a formação humana como formação da sensibilidade, seja ela estética, ética ou política, o Núcleo de Arte do Centro Pedagógico da UFMG assume a responsabilidade de fomentar a arte na vida dos estudantes por meio de princípios inovadores, coerentes com a proposta da BNCC e com a sua posição de Colégio de Aplicação, comprometido com a formação de crianças, adolescentes, assim como de professores em formação inicial ou continuada.

Neste sentido, a oferta da Arte no Centro Pedagógico se dá em cinco linguagens: Artes Visuais, Audiovisual, Dança, Música, Teatro e, ainda, nas Artes Integradas, como espaço interdisciplinar de integração entre as artes e destas com diversos saberes. Destaca-se aqui o pioneirismo da escola, uma vez que, para além de ofertar as cinco unidades temáticas descritas na BNCC, incluindo as Artes Integradas, a oferta do CP/UFMG inclui como unidade temática o Audiovisual que, cada vez mais, se faz presente no cotidiano das crianças e adolescentes, especialmente por meio do crescente consumo e produção de materiais artísticos e culturais para circulação nos meios digitais.

A oferta de cada unidade temática se dá por docentes licenciados em cada uma delas, o que propicia aos alunos o desenvolvimento de competências específicas e integração com o todo do fazer artístico. Para além da oferta de seis unidades temáticas, na parte diversificada do currículo são desenvolvidos, também, no formato de GTDs, trabalhos direcionados à inclusão, a exemplo do “Dança e Potencialidades<sup>12</sup>” e “Musicoterapia<sup>13</sup>”, como também à formação de corpos artísticos, como o “Grupo de Teatro do Centro Pedagógico (GTCP)” e o “Grupo de Música”, que se apresentam regularmente em eventos internos e externos e já foram objetos de investigações e apresentações em eventos científicos, integrando ensino, pesquisa e extensão.

Ainda de forma inovadora e considerando a natureza “vivencial, experiencial e subjetiva” do processo de ensino e aprendizagem em Arte, reconhecido pela BNCC, no Centro Pedagógico, a Arte é ofertada em formato *atelier*, termo das Artes Visuais, ampliado para se referir às aulas de Dança, Música, Teatro, Audiovisual e Artes Integradas, em que a elaboração criativa se sustenta pela ênfase na prática, associada à teoria e à

<sup>12</sup> O GTD “Dança e Potencialidades” é ministrado pela professora de Dança do Núcleo de Arte, Marlaina Roriz. Este trabalho já recebeu algumas premiações e já foi apresentado, inclusive, em Portugal.

<sup>13</sup> Tais GTDs são ofertados por estudantes da graduação, orientados pelos professores do Centro Pedagógico, em parceria com os docentes do curso de Musicoterapia. Infelizmente, ainda não ocorrem de maneira contínua (todos os semestres); apenas quando há a procura e o interesse dos estudantes dessa área do conhecimento por estágios na escola.

contextualização histórico-cultural. Envolvendo ensino, pesquisa e extensão, todas as ações e reflexões contribuem na difusão das práticas artísticas em constante diálogo entre escola e comunidade.

A oferta da disciplina Arte se dá nos três ciclos de formação humana, do 1º ao 9º ano, reconhecendo o direito de todos ao acesso e fruição da arte, considerando as especificidades da infância e da adolescência. Em cada ano escolar são ofertadas ao menos duas linguagens artísticas, por meio da divisão dos alunos de cada turma em dois subgrupos, que se alternam entre o 1º e 2º semestres letivos. Dessa forma, com grupos reduzidos ao máximo de 13 alunos, é possível realizar práticas artísticas com os estudantes de forma efetiva e reflexiva.

As aulas de Artes Visuais, Artes Audiovisuais, Dança, Música, Teatro e Artes Integradas realizam-se em salas especializadas, visando atender às especificidades de cada unidade temática. Cada um desses espaços foi preparado adequadamente, a fim de propiciar aos professores e alunos de cada linguagem artística, possibilidades de vivenciar os ensinamentos aprendidos na teoria, também de maneira prática e efetiva. Dessa forma, o Núcleo de Arte do CP/UFMG procura oferecer a formação artística cunhada na indissociabilidade entre prática, teoria e contexto histórico-social. Busca-se, assim, possibilitar o acesso estético e sinestésico à arte, aliado à formação humana, ética e política.

## O ENSINO DE MÚSICA NO CP E A CONSTANTE CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO MUSICAL INCLUSIVA

A oferta do ensino de Música como disciplina ou como conteúdo do componente curricular da disciplina Arte, passou a ser obrigatória nas escolas de todo o país, devendo ser garantida a toda Educação Básica, desde a promulgação da lei 11.769 no ano de 2008. A história do ensino de Música no Centro Pedagógico da UFMG, entretanto, remonta a um período muito anterior, da década de 1980. Por meio de documentos diversos é possível constatar que a Música ocupou e ainda ocupa, ao longo das últimas décadas, um lugar de destaque no escopo do ensino de Arte desta escola. Um excelente exemplo para ilustrar tal afirmação está no *Pandalelê: laboratório de brincadeiras*<sup>14</sup>, que promovia atividades lúdicas e pesquisas sobre os “brinquedos cantados” junto aos estudantes adolescentes.

Embora seja bastante longínqua a história do ensino de Música no CP, não se pode afirmar, no entanto, que sua oferta ocorreu de maneira ininterrupta. Por motivos diversos, como aposentadorias, transferências de docentes para outras unidades da Universidade, ou mesmo pelo fato de que em alguns períodos os/as professores(as) que atuavam nas aulas de Arte eram especialistas em outras linguagens artísticas, a escola acabava passando algumas temporadas sem a sua oferta.

Dando um salto nessa linha do tempo, o ano de 2014 marca, então, um novo e importante capítulo para o ensino da Arte e, sobretudo, da Música no Centro Pedagógico. No referido ano, a escola recebeu quatro novos professores efetivos para o Núcleo de Arte, dentre os quais dois

---

<sup>14</sup> O Pandalelê foi criado em 1993 pelo ex-professor de Música do Centro Pedagógico, Eugênio Tadeu, e suas atividades perduraram por cerca de 10 anos. O grupo chegou a lançar um livro/CD/CD-ROM denominado “Brinquedos Cantados”, com o selo Palavra Cantada.

eram músicos. A partir de então, a responsabilidade pela educação musical das crianças e adolescentes, dos três ciclos de formação humana do Centro Pedagógico, passou a ser dividida por esses dois docentes. Ambos possuem licenciatura em Música, com Doutorado em Música e Educação, além de ampla experiência no ensino e na formação de novos professores da área. Importa informar ao leitor, que às práticas desenvolvidas pelos dois citados professores, soma-se também o trabalho do professor de Artes Integradas (também efetivo e lotado no Núcleo de Arte), que embora tenha a Pedagogia como a sua formação base, possui vasta experiência e uma estreita relação com a Música nas suas práticas, vivências e pesquisas, o que só tem ajudado a amplificar o acesso dos estudantes à uma formação musical sólida e de qualidade.

No desenho atual da grade curricular do ensino regular de Arte no Centro Pedagógico, há a oferta de aulas de Música ao longo dos três ciclos de formação humana. Em 2023, por exemplo, os estudantes do 1º, 3º, 4º, 7º, 8º e 9º anos tiveram aulas regulares de Música; cabe ainda informar que, em diversos momentos, essa oferta se amplia, também, nos GTDs. Já nas aulas de Arte da Educação de Jovens e Adultos, ofertadas no período noturno, em determinados momentos, o ensino de Música<sup>15</sup> também é contemplado como uma das linguagens artísticas trabalhadas.

Mas, há um outro ponto chave nessa história, que coincide também com o período da chegada dos atuais professores de Música no Centro Pedagógico da UFMG, e que impactou sobremaneira – de modo geral, muito positivamente – toda a estrutura escolar e a forma como a comunidade escolar passou a ver, pensar e, principalmente, vivenciar a educação. Trata-se da deliberação que estabeleceu, a partir do ano 2016, a reserva de 5% das vagas do edital para a entrada de novos estudantes, destinadas a crianças público-alvo da educação especial<sup>16</sup>. Cabe ressaltar que o Centro Pedagógico sempre recebeu estudantes com necessidades educacionais especiais. Entretanto, como o ingresso não era sistemático até então, as demandas eram sempre pontuais. Foi, então, a partir deste momento, que a escola percebeu a necessidade de se aproximar mais dos debates e estudos sobre a educação inclusiva<sup>17</sup> para uma maior e melhor compreensão da nova realidade que se apresentava.

Naquele dado momento, antes da chegada efetiva das crianças em sala de aula, ainda não era possível dimensionar de qual(is) maneira(s) essa deliberação impactaria no dia a dia escolar e nas atividades práticas de sala de aula. O clima que pairava em toda escola era um misto de boas expectativas, permeado por incertezas e até mesmo de certo medo causado pelo desconhecido. No meu caso, especificamente, de um lado criou-se uma grande euforia pela oportunidade de poder trabalhar com um público que até naquele momento (apesar de já estar a quase uma década em sala de aula) eu ainda não tinha atuado em minha carreira e, de outro, bastante ansiedade e receio, causados exatamente pelos mesmos motivos.

A minha primeira experiência com um estudante PAEE, ampliou significativamente esses sentimentos, e acabou provocando em mim uma sensação nunca antes sentida em minha vivência docente: o receio de não saber lidar com determinadas situações ou mesmo de “não dar conta”. Creio que isso possa ter sido provocado pelo fato da referida criança ser deficiente

<sup>15</sup> As aulas de Arte da EJA são ministradas por bolsistas graduandos das licenciaturas em Arte da UFMG, orientados pelos docentes da escola. Assim, a linguagem artística ofertada ocorre de acordo com o curso de origem desses(as) estudantes.

<sup>16</sup> Tal porcentagem representa 3 vagas, do total de 50.

<sup>17</sup> A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança em ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

auditiva. Em minha mente martelava, incessantemente, o seguinte pensamento/questionamento: como ensinar Música a uma criança que não escuta? Este temor inicial, provocado pelo desconhecido e pelo pré-julgamento inerente a todo ser humano àquilo que lhe é novo, foi, aos poucos, dando lugar a outros sentimentos muito mais prazerosos e profícuos. Fui percebendo, no contato diário com a criança, que de ela possuir um elevado grau de perda auditiva, não era totalmente surda. Conseguia compreender e participar das aulas, realizando sempre com muito entusiasmo e qualidade, todas as atividades propostas em sala. Era impressionante como ela conseguia, inclusive, cantar as notas musicais e os intervalos entre elas com a mais absoluta perfeição; o mesmo ocorria quando realizávamos ditados rítmicos em sala e, com extrema facilidade, reproduzia, a partir das vibrações das batidas de um tambor, por exemplo, todos os sons executados. Cheguei à conclusão, com o passar do tempo, que essa criança possuía uma percepção musical muito mais aguçada do que a maior parte dos seus colegas turma, o que me fez despertar ali para as múltiplas possibilidades e potencialidades do trabalho com a educação musical inclusiva<sup>18</sup>.

Nos últimos anos estamos percebendo um aumento não só no número, mas também na diversidade de crianças com algum tipo de deficiência no Centro Pedagógico. Para exemplificar a amplitude do perfil dos nossos estudantes com necessidades educacionais especiais, destaco alguns diagnósticos<sup>19</sup> das nossas crianças, a saber: Transtorno de Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down, Paralisia Cerebral, Deficiência Auditiva, Baixa Visão, Deficiência Intelectual, Altas Habilidades, entre outros. Tem chamado a atenção da comunidade escolar, também, o fato de que a quantidade de estudantes PAEE está crescendo, exponencialmente, a cada ano. É perceptível que, para além daqueles que entram pela cota de vagas reservadas, muitos outros têm acessado a escola pelo método convencional de ingresso, ou seja, pelo sorteio de vagas da ampla concorrência. Neste ano de 2024, por exemplo, foram matriculadas oito crianças (seis com TEA, um com Síndrome de Down e um com Altas Habilidades/Superdotação).

Uma das hipóteses para este aumento progressivo do número de crianças matriculadas com alguma necessidade educacional especial é que elas participam do sorteio das vagas em duas modalidades (ampla concorrência e reserva de vagas), o que acaba aumentando as suas chances; outra hipótese aventada, é de que com o passar dos anos, a partir de 2016, mais pessoas passaram a conhecer o trabalho desenvolvido na escola, o que acabou despertando o interesse das famílias dos estudantes com este perfil. Porém, estudos mais aprofundados serão necessários para comprovar, ou não, tais hipóteses. Atualmente, há 41 estudantes PAEE matriculados nos nove anos do Ensino Fundamental do Centro Pedagógico.

Com toda essa diversidade, tem sido incessante a nossa busca pelo desenvolvimento de uma Educação Musical que seja realmente inclusiva. Uma ação que, de verdade, não deixe ninguém de fora; que, de distintas maneiras, atinja a todos os estudantes, considerando também o público-alvo da educação especial e os elementos centrais da inclusão propriamente dita, tal

<sup>18</sup> O conceito de Educação Musical Inclusiva difere de Educação Musical Especial, pelo simples fato de que a primeira tem como público-alvo pessoas com deficiência incluídas entre pessoas com desenvolvimento típico, num formato de ensino que permita o sucesso de todos os envolvidos, a convivência respeitosa e um manejo didático capaz de atender a todos os alunos, sem prejuízo, ao passo que a segunda tem como público-alvo apenas pessoas com deficiência. Em seus processos, a Educação Musical Inclusiva se vale de técnicas e saberes oriundos da Educação Musical Especial (OLIVEIRA, 2020).

<sup>19</sup> Os diagnósticos apresentados aqui possuem caráter estritamente explicativo e buscam demonstrar ao leitor a diversidade dos estudantes PAEE no Centro Pedagógico, guardando sempre o cuidado de não torná-los “rótulos”, uma vez que não definem a capacidade da pessoa com deficiência.



como expõem Glat e Pletsch (2010): presença, participação e construção de conhecimentos. Temos buscado, a cada dia, adquirir novos conhecimentos e ferramentas que nos permitam sustentar este trabalho e que facilitem o acesso de todos ao aprendizado musical, sem esquecer de ninguém. Este caminho, embora já demonstre muitos resultados positivos, também é marcado por percalços e por muitos desafios.

Vale esclarecer ao leitor que no início dos anos 2000, época em que eu ingressei na faculdade para cursar a licenciatura em Música, na grade curricular obrigatória do curso não havia nenhuma disciplina sequer dedicada à Educação Musical Especial ou Inclusiva. Na oferta da grade optativa figurava apenas a disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais), mesmo assim voltada para todos os cursos de licenciatura, sem nenhuma ênfase ou abordagem da Educação Musical. Duas décadas mais tarde, é triste constatar que, atualmente, pouquíssimas mudanças ocorreram em relação à oferta de disciplinas voltadas para a Educação Especial nos cursos de formação de professores de Música no Brasil. Segundo Cordeiro (2023), dos 35 cursos de Licenciatura em Música ofertados nas Universidades Federais do Brasil, apenas 17 possuem em suas grades curriculares disciplinas sobre Educação Especial ou Inclusiva. Destas, 12 ofertam apenas uma disciplina relacionada ao tema, e nem sempre de caráter obrigatório. Tal constatação leva a crer que, ainda hoje, os egressos dos cursos de licenciatura em Música entrarão para o mercado de trabalho sem o necessário preparo para atuar junto aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Cabe ressaltar, ainda, que muito embora seja perceptível a ampliação de estudos acadêmicos relacionando a Educação Musical e as pessoas com deficiência nos últimos anos, principalmente dissertações de mestrado e teses de doutorado, a exemplo das recentes produções de Pendeza (2018), Araújo Júnior (2019), Silva (2019), Tudissaki (2020), Aires Filho (2020), Barbosa (2020), Oliveira (2015; 2020) e Piekarski (2020), muito ainda precisa ser realizado para a formação de base, levando a discussão sobre as práticas de Educação Especial para as salas de aula das licenciaturas, já que “embora as pedagogias ativas estejam presentes na maior parte das ementas e bibliografias básicas dos currículos das licenciaturas em Música e/ou Educação Musical do Brasil, nenhuma delas [pedagogias ativas de Educação Musical] trata dos modos de aprender e ensinar música para as pessoas com deficiência” (MARTINS & SANTOS, 2022).

Trazer aqui tal panorama é muito importante para o entendimento de todo um contexto, e nos provoca a refletir que embora já existam inúmeras políticas públicas e legislações que versam sobre essa temática, que potencializam e dão maior visibilidade à necessidade de inclusão das pessoas com deficiência, a exemplo da Declaração da Educação para Todos (1990), da Declaração de Salamanca (1994), da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2008), da Lei nº 12.764 (BRASIL, 2012) conhecida como Lei Berenice Piana, e que traz apontamentos específicos à pessoa com autismo, dentre muitas outras várias voltadas especificamente ao contexto educacional, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 (BRASIL, 1996), que imputa ao Estado a obrigatoriedade de oportunizar ao estudante um ensino de qualidade e igualitário, mesmo que sejam necessárias adaptações metodológicas e acompanhamento especializado, há, ainda, um longo caminho a ser trilhado para a garantia plena da inclusão.

Retornando ao Centro Pedagógico, posso afirmar que a entrada regular dos estudantes

PAEE no Centro Pedagógico, a partir de 2016, me fez descobrir uma outra triste realidade. É que, naquele momento, eu imaginava que a ausência de uma formação mais consolidada para a atuação docente com a Educação Especial era uma característica exclusiva dos cursos de Licenciatura em Música. Entretanto, no diálogo com colegas de outras áreas de conhecimento, pude perceber que esse “buraco” afeta a maior parte das grades curriculares, de praticamente todos os cursos de licenciatura, principalmente daqueles mais antigos.

Essa sensação de “falta” acabou, então, provocando nos docentes da escola um importante movimento relacionado à busca por (in)formações para uma atuação mais assertiva junto a este público e, principalmente, por trocas de experiências do trabalho no ambiente escolar. Assim, diversas ações começaram a acontecer, das quais irei elencar algumas. A primeira delas foi a criação do NEPED (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva e Diversidade), que já há alguns anos vem promovendo diversas atividades, eventos e pesquisas voltadas para a temática da inclusão, principalmente no contexto escolar do CP. Destaco aqui, para exemplificar, duas ações deste grupo que contribuíram bastante para a formação da comunidade escolar: a pesquisa “Inclusão na escola regular de tempo integral: principais desafios para o cotidiano escolar e para a formação docente” realizada no ano de 2021 e o “I Seminário Educação Inclusiva na Educação Básica: compartilhando práticas, vivências e trajetórias de pesquisa”, ocorrido no ano passado, e que foi um importante espaço de trocas de experiências entre os colegas docentes e, também, com o corpo técnico-administrativo da escola.

Outro importante projeto que gostaria de destacar, foi uma coletânea de artigos sobre a Educação Inclusiva, produzida pelos docentes do CP juntamente com os bolsistas do Programa Imersão Docente (PID) durante o período inicial da pandemia; essa coletânea acabou virando um livro<sup>20</sup>, publicado no ano passado. Não posso deixar de citar neste fluxo, ainda, a chegada, no segundo semestre de 2022, de três professoras efetivas para atuar no Atendimento Educacional Especializado. A presença dessas colegas em nossa escola, profissionais com ampla formação e bagagem na área da inclusão, trouxe inúmeras contribuições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do trabalho de todo o coletivo no Centro Pedagógico junto às crianças PAEE.

Neste movimento que ocorreu, de maneira geral em toda escola, comecei também a buscar mais conhecimentos para subsidiar as minhas práticas em sala de aula. Falando especificamente do trabalho realizado nas aulas de Música por mim ofertadas, penso que foi exatamente neste contexto, embalado pela necessidade, e provocado pela chegada dos estudantes PAEE em nossa escola, que passei a me debruçar com maior afinco sobre os estudos relacionados à Educação Especial. O caso inicial relatado neste texto, da criança com deficiência auditiva, foi para mim apenas o pontapé inicial na busca por uma formação, mesmo que tardia, mas que se mostrou extremamente necessária. Tenho buscado, cotidianamente no meu trabalho, proporcionar a todos os estudantes o direito pleno ao conhecimento musical, não apenas realizando “ajustes” nas atividades, mas procurando promover a acessibilidade e adequando as metodologias às necessidades de cada indivíduo, pois “o modo, o caminho e o meio de se alcançar os objetivos é que precisam ser adaptados (VYGOTSKY, 1997).

---

<sup>20</sup> A obra “Educação Inclusiva: memórias e percursos” foi lançada em março de 2023, durante o Simpósio do NEPED.

Olhando para este recente passado, contado a partir da entrada regular dos estudantes PAEE no Centro Pedagógico da UFMG, percebo que estamos construindo, dia após dia, uma Educação Musical realmente inclusiva em nossa escola. Essa construção tem sido pensada e realizada sob uma base que tem se mostrado cada vez mais sólida, pelas mãos dos docentes músicos, mas contando também com a participação de muitos outros colegas. Sempre que nos deparamos com situações que nos impõem algum tipo de dificuldade, buscamos no diálogo com os colegas mais experientes, mesmo de outras áreas de conhecimento, compreender a melhor maneira de acessar cada estudante. A partir dessas trocas estamos ganhando, a cada dia, mais e novos repertórios que estão nos permitindo consolidar o nosso trabalho, e nos possibilitando desenvolver diferentes competências práticas musicais com os nossos alunos.

Tenho a cada dia mais certeza, amparado pelas vivências da prática cotidiana da sala de aula e também nos múltiplos espaços de convivência da escola, que o CID (Código Internacional de Doenças) trazido nos laudos e diagnósticos das crianças público-alvo da Educação Especial, quase sempre acompanhados de prognósticos que sugerem inúmeras limitações, não podem ser encarados de maneira alguma como dados cristalizados e, ainda menos, como algo imutável. Muito pelo contrário! Assim como aponta Louro (2013), “cabe a nós educadores, entre outros profissionais envolvidos com as pessoas com deficiências, quebrar os preconceitos”. Ou seja, todos nós docentes precisamos garantir nas nossas práticas pedagógicas, os meios para que o direito de todos os estudantes, sem exceção, mas principalmente daquele com deficiência, não seja lesado. Mais do que isso, precisamos estimular a autonomia e o protagonismo desses estudantes, para que a escola não seja reprodutora da triste realidade social que acaba invisibilizando essas crianças.

## REFERÊNCIAS

AIRES FILHO, Sérgio A. A. **Educação Musical e Autismo: um estudo sobre o desenvolvimento de crianças autistas na musicalização infantil.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

ALARCÃO, Isabel. **Formação Reflexiva de Professores – Estratégias de Supervisão.** Porto: Porto Editora, 1996.

ALVARENGA, Valéria M.; SILVA, Maria Cristina R. F. Formação Docente em Arte: percurso e expectativas a partir da lei 13.278/16. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1009-1030, jul./set. 2018.

ARAÚJO JÚNIOR, Rusiel P. de. **A formação do educador em Educação Musical: os desafios e as pertinências à inclusão da pessoa com deficiência.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

BARBOSA, Luana K. C. **Música, inclusão e formação docente nas Universidades Federais Brasileiras: reflexões a partir das disciplinas específicas de Educação Musical Especial/Inclusiva.** Dissertação (Mestrado em Música) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. **A Educação Musical nas séries iniciais do ensino**

**fundamental:** olhando e construindo junto às práticas cotidianas do professor. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.** Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008.** Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 19 ago. 2008, seção 1, p.1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm). Acesso em 08 de agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 959, de 27 de setembro de 2013.** Estabelece as diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais. Diário Oficial da União, Brasília, 30 set. 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016.** Altera o § 6o do artigo 26 da Lei no 9.394/96, referente ao ensino da arte. Diário Oficial da União, Brasília, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm). Acesso em: 26 out. 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CENTRO PEDAGÓGICO. **Projeto Político Pedagógico do Centro Pedagógico da UFMG.** Belo Horizonte: Centro Pedagógico da UFMG, 2004.

CORDEIRO, Kalinka & SOARES, Lisbeth. Música, Inclusão e Formação Docente nas Universidades Brasileiras: reflexões a partir das disciplinas específicas de Educação Musical Especial/Inclusiva. **Orfeu**, v.8, n. 1, jun. de 2023.

LOURO, Viviane. **Educação musical e deficiência: quebrando os preconceitos.** Site da autora. 2013. Disponível em: [https://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2013/06/educa%C3%A7%C3%A3o\\_musical\\_e\\_deficiencia\\_quebrando\\_os\\_preconceitos.pdf](https://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2013/06/educa%C3%A7%C3%A3o_musical_e_deficiencia_quebrando_os_preconceitos.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Ana Carolina dos Santos & SANTOS, Ana Roseli Paes dos. **Educação Musical Especial:** mais que uma possibilidade, uma necessidade. Anais do Encontro Regional Norte da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), v.5, 2022.

MOLINA, Sergio. **Vozes e ouvidos para a música na escola.** In: JORDÃO, Gisele et al. (org.). *A música na escola.* São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012. p. 7-10.

OLIVEIRA, Gleisson do C. **Desenvolvimento musical de crianças autistas em diferentes contextos de aprendizagem:** um estudo exploratório. Dissertação (Mestrado) – Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, Gleisson do C. **Relações entre a educação musical especial e o desenvolvimento da comunicação social em crianças autistas.** Tese (Doutorado) – Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PENDEZA, Daniele. **Autismo e Educação Musical:** uma proposta de formação de professores. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

PIEKARSKI, Teresa C. T. **Processos criativos musicais do estudante com deficiência intelectual no contexto escolar.** Tese (Doutorado em Música) – Universidade federal do Paraná, Curitiba, 2020.

SILVA, Ítalo S. da. **Práxis docente na educação musical inclusiva:** estudos no contexto escolar do estado do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SOARES, Lisbeth. Educação Musical Inclusiva e Formação de Professores: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica. **Orfeu**, v.8, n. 1, jun. de 2023.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar. A Performance Musical da Pessoa com Deficiência Visual. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Obras Escogidas V.** Fundamentos de defectología. Aprendizaje. Madrid: Visor, 1997.